



CLIPPING INTERNET
24/11/2021 ATÉ 24/11/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	1
	1.2 BLOG DO LEITÃO.....	2
	1.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	1.4 BLOG PAULO ROBERTO.....	4
	1.5 SITE MARANHÃO HOJE.....	5
	1.6 SITE O MARANHENSE.....	6
2	CEMULHER	
	2.1 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	7
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	8
3	CNJ	
	3.1 SITE O PROGRESSO.....	9
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	10
	4.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	11
	4.3 PORTAL DO MUNIM.....	12
5	ESMAM	
	5.1 BLOG DO MINARD.....	13
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	14

Revogação da 'PEC da Bengala' abre vagas no TCE e TJ

Presidente do TCE, Washington Luiz de Oliveira, que completa 72 anos no próximo dia 24 de dezembro, será um dos atingidos com aprovação da norma

A CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) da Câmara aprovou ontem por 35 votos a 24 uma proposta que revoga a chamada “PEC da Bengala”, promulgada em 2015. Este é o primeiro passo no Congresso do texto que prevê antecipar de 75 para 70 anos a idade de aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do TCU (Tribunal de Contas da União).

De autoria da presidente da comissão, a deputada governista Bia Kicis (PSL-DF), a proposta se aprovada em definitivo pelo Congresso, vai causar um efeito cascata, antecipando a saída de desembargados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e também no Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde em ambos possui componentes com idade entre 70 a 74 anos.

O texto segue agora para a Comissão Especial da PEC — a ser criada dentro da Câmara para analisar a proposta. Se for aprovada, será encaminhada para o plenário da Câmara e depois para o Senado.

Caso os senadores aprovem o texto, deputados e senadores, em conjunto, promulgarão a PEC. A Constituição é alterada então. Diferentemente dos projetos de lei, as PECs não dependem da sanção do presidente da República.

Quem será atingido?

O blog está realizando um levantamento junto ao Judiciário e à Corte de Contas para saber quem será atingido com a possível revogação da norma que vai provocar uma reviravolta nos bastidores do poder.

Carlos Lula é homenageado pelo TJ por atuação frente à pandemia da Covid-19

O secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, recebeu a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo, por indicação do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo. A cerimônia aconteceu na última sexta-feira (20), durante as festividades de 208 anos do TJMA.

O desembargador Lourival Serejo ofereceu a honraria pelos serviços e atenção prestados pelo secretário à população e ao Judiciário durante a pandemia da Covid-19.

Emocionado, Carlos Lula relembrou o êxito do Maranhão em ser o estado com a melhor resposta da pandemia no Brasil e a menor taxa de óbitos por Covid-19.

O secretário também citou quatro lições aprendidas durante a mais grave crise sanitária da história recente. "A ignorância não pode ser uma característica para louvar; não podemos deixar o medo nos impedir de tomar as atitudes que precisamos tomar; fazer o que é correto, e não fazer o que é mais fácil; e saber agir em comunidade", disse.

Na solenidade, o presidente do TJMA também relembrou uma lição compartilhada pelo filósofo Aristóteles. "A honra não consiste em receber títulos, mas em merecê-los".

Fato é que Carlos Lula continua surpreendendo positivamente o maranhense. Sem dúvidas, nunca houve outro secretário como ele, a ponto de sacrificar sua sólida e reconhecida carreira jurídica para assumir uma das pastas mais delicadas do governo pois como quem assume para si a responsabilidade de salvar vidas. Só na pandemia, são mais de 351.367 recuperados e outras milhares de vidas preservadas.

O post Carlos Lula é homenageado pelo TJ por atuação frente à pandemia da Covid-19 apareceu primeiro em Cristiana França.

CMSL! MÉRITO: Dr. Gutemberg Recebe Homenagem Do Tribunal De Justiça Do Maranhão

posted by blogdoleitao , on 19:13 , No Comments

Em cerimônia pelas festividades de 208 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ MA), o vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, o médico e vereador, Dr. Gutemberg, recebeu a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velozzo, por indicação da desembargadora Dra. Nelma Sarney. A cerimônia aconteceu nesta sexta-feira (20) e homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade.

A desembargadora Nelma Sarney ofereceu a honraria ao médico, vereador e professor do Curso de Medicina da UFMA, Dr. Gutemberg, pelos serviços prestados à população maranhense.

Dr. Gutemberg é vereador pelo quinto mandato. Na cena política, é conhecido como um defensor da Saúde e parlamentar que mantém constante diálogo com as comunidades. Ele costuma afirmar que preza por um mandato das Ruas para a Câmara.

Todas as suas leis, projetos e ações são solicitações da comunidade. São mecanismos que vão desde a qualidade do trabalho à criação de serviços, tais como: o programa de atendimento integral que protege a pessoa com Autismo.

Em meio a várias conquistas obtidas para os profissionais da saúde, destaque para a Lei que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos e atendentes, além de condições dignas para o repouso da classe.

Seu trabalho também alcançou visibilidade nas áreas do esporte, da educação e cultura. São muitas as lutas do vereador, que desempenha ações humanizadas para diferentes públicos.

Aos jovens ludovicenses, por exemplo, elaborou a Lei do Primeiro Emprego. E preocupado com os idosos, criou um projeto de Lei para transformar São Luís em uma Cidade Amiga dos Idosos e, assim, contribuir para o envelhecimento ativo e saudável.

Dr. Gutemberg também é membro da Academia Maranhense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores.

Já publicou vários trabalhos científicos, além de 4 livros, entre eles: Cirurgia da Obesidade; Metodologia Científica; e Desafios na Gestão da Saúde Pública no SUS.

“Esse reconhecimento mostra que estamos no caminho certo e renova meu desejo de seguir fazendo o melhor pela nossa cidade e nossa população. Agradeço à desembargadora Dra. Nelma Sarney, autora da indicação, e ao presidente do TJ, desembargador Lourival Serejo. Parabéns a todos que fazem o Tribunal de Justiça do

Maranhão, que completa 208 anos defendendo os direitos dos maranhenses”, afirmou Dr. Gutemberg.

Vale lembrar que na Câmara Municipal de São Luís, no período mais crítico da pandemia, Dr. Gutemberg elaborou leis e destinou emendas em defesa da população mais vulnerável.

Foram emendas para a manutenção de abrigos sociais, garantia de alimentação aos mais necessitados e outras. Além de leis que também ajudaram a preservar empregos.

Para os profissionais da saúde que dedicaram suas vidas no trabalho, foram aprovadas Leis específicas como: o pagamento de 100% do adicional de insalubridade; e a Lei que concede pensão especial à dependentes de profissionais da saúde, servidores do quadro municipal, que morrerem em razão do combate à pandemia da Covid-19, e outras.

“Foram meses de muita angustia. Muitas vidas perdidas, inclusive amigos de profissão. Todos os profissionais que trabalham nos hospitais foram incansáveis nesse combate. Eu também senti na pele as consequências da Covid. Desde os sintomas difíceis, chegando à perda de dois familiares. Toda a minha solidariedade às famílias que assim como eu foram vítimas dessa doença. Continuem com as medidas de segurança, higiene pessoal e tomem as doses da vacina. A vitória contra a pandemia depende de cada um de nós”, finalizou Dr. Gutemberg.

Desembargador Josemar Lopes é o novo vice-diretor da ESMAM

O desembargador Josemar Lopes Santos é o novo vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). A indicação do magistrado para o cargo foi aprovada por unanimidade, em sessão plenária administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (24). O relator da indicação foi o diretor da escola judicial, desembargador José Jorge Figueiredo.

O novo vice-diretor substituiu o desembargador João Santana, que foi homenageado em sua despedida da ESMAM, no dia 25 de outubro, e, posteriormente, na última sessão plenária da qual participou como membro do TJMA, em 27 de outubro. João Santana aposentou-se no dia 28 de outubro.

VICE-OUVIDOR E OMBUDSMAN

Logo depois da indicação e aprovação do nome do novo vice-diretor da ESMAM, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, lembrou que, com a eleição do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro para o cargo de vice-presidente do Tribunal, na sessão do dia 17 de novembro passado, outro nome deveria ser escolhido para o cargo de vice-ouvidor do Judiciário, anteriormente ocupado pelo agora vice-presidente.

Desembargador Antônio Vieira Filho

O presidente Lourival Serejo passou a palavra ao ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Kleber Carvalho, que indicou para o cargo de vice-ouvidor o desembargador Antônio Vieira Filho, nome também aprovado por unanimidade.

Desembargador José de Ribamar Castro

Por fim, o presidente do TJMA disse que o desembargador Vicente de Paula Castro também ocupava a função de ombudsman do Judiciário. Em razão disso, o desembargador Lourival Serejo anunciou a nomeação do desembargador José de Ribamar Castro para a função de observador das atividades do Judiciário.

Veja quem são os oito desembargadores que poderão deixar de imediato o TJ-MA caso a 'PEC da Bengala' seja revogada

Se a revogação da 'PEC da Bengala' acontecer, de uma vez só, oito desembargadores do Maranhão deixarão o TJ-MA.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (23), por 35 votos a 24, a admissibilidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que revoga a chamada "PEC da Bengala".

A "PEC da Bengala" foi promulgada pelo Congresso em 2015 e estabelece a aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU) aos 75 anos. O texto que revoga a PEC reduz a idade para 70 anos.

Se a proposta valer para os atuais ministros e for promulgada antes de 2023, a nova PEC permitiria a aposentadoria imediata dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, e Rosa Weber, ambos de 73 anos, que, pela regra atual, se aposentam somente em 2023.

E o efeito alcançaria também o Tribunal de Justiça do Maranhão, onde sete dos atuais 28 desembargadores possuem mais de 70 anos: Vicente de Paula Gomes de Castro (72 anos), Maria das Graças de Castro Duarte Mendes (72 anos), Lourival de Jesus Serejo Sousa (70 anos), Kleber Costa Carvalho (70 anos), Marcelino Chaves Everton (73 anos), José de Ribamar Castro (72 anos) e Luiz Gonzaga Almeida Filho (70 anos).

Vale ressaltar, que nas últimas semanas deixaram o TJ-MA por completar 75 anos os desembargadores João Santana, Anildes Cruz e Jaime Ferreira.

E MAIS

Se revogada a 'PEC da Bengala', o desembargador Douglas Airton Ferreira Amorim ficaria apenas um ano no "poder", vez que teve acesso ao cargo pelo critério de antiguidade por decisão unânime do Pleno na sessão plenária administrativa do dia 10 de novembro de 2021. Ele possui 73 anos.

Dr. Gutemberg recebe homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão

Em cerimônia pelas festividades de 208 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ MA), o vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, o médico e vereador, Dr. Gutemberg, recebeu a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velozzo, por indicação da desembargadora Dra. Nelma Sarney. A cerimônia aconteceu nesta sexta-feira (20) e homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade.

A desembargadora Nelma Sarney ofereceu a honraria ao médico, vereador e professor do Curso de Medicina da UFMA, Dr. Gutemberg, pelos serviços prestados à população maranhense.

Dr. Gutemberg é vereador pelo quinto mandato. Na cena política, é conhecido como um defensor da Saúde e parlamentar que mantém constante diálogo com as comunidades. Ele costuma afirmar que preza por um mandato das Ruas para a Câmara.

Todas as suas leis, projetos e ações são solicitações da comunidade. São mecanismos que vão desde a qualidade do trabalho à criação de serviços, tais como: o programa de atendimento integral que protege a pessoa com Autismo.

Em meio a várias conquistas obtidas para os profissionais da saúde, destaque para a Lei que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos e atendentes, além de condições dignas para o repouso da classe.

Seu trabalho também alcançou visibilidade nas áreas do esporte, da educação e cultura. São muitas as lutas do vereador, que desempenha ações humanizadas para diferentes públicos.

Aos jovens ludovicenses, por exemplo, elaborou a Lei do Primeiro Emprego. E preocupado com os idosos, criou um projeto de Lei para transformar São Luís em uma Cidade Amiga dos Idosos e, assim, contribuir para o envelhecimento ativo e saudável.

Dr. Gutemberg também é membro da Academia Maranhense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores.

Já publicou vários trabalhos científicos, além de 4 livros, entre eles: Cirurgia da Obesidade; Metodologia Científica; e Desafios na Gestão da Saúde Pública no SUS.

“Esse reconhecimento mostra que estamos no caminho certo e renova meu desejo de seguir fazendo o melhor pela nossa cidade e nossa população. Agradeço à desembargadora Dra. Nelma Sarney, autora da indicação, e ao presidente do TJ, desembargador Lourival Serejo. Parabéns a todos que fazem o Tribunal de Justiça do Maranhão, que completa 208 anos defendendo os direitos dos maranhenses”, afirmou Dr. Gutemberg.

Vale lembrar que na Câmara Municipal de São Luís, no período mais crítico da pandemia, Dr. Gutemberg elaborou leis e destinou emendas em defesa da população mais vulnerável.

Foram emendas para a manutenção de abrigos sociais, garantia de alimentação aos mais necessitados e outras. Além de leis que também ajudaram a preservar empregos.

Para os profissionais da saúde que dedicaram suas vidas no trabalho, foram aprovadas Leis específicas como: o pagamento de 100% do adicional de insalubridade; e a Lei que concede pensão especial à dependentes de profissionais da saúde, servidores do quadro municipal, que morrerem em razão do combate à pandemia da Covid-19, e outras.

“Foram meses de muita angustia. Muitas vidas perdidas, inclusive amigos de profissão. Todos os profissionais que trabalham nos hospitais foram incansáveis nesse combate. Eu também senti na pele as consequências da Covid. Desde os sintomas difíceis, chegando à perda de dois familiares. Toda a minha solidariedade às famílias que assim como eu foram vítimas dessa doença. Continuem com as medidas de segurança, higiene pessoal e tomem as doses da vacina. A vitória contra a pandemia depende de cada um de nós”, finalizou Dr. Gutemberg.

Dr. Gutemberg recebe homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão

Em cerimônia pelas festividades de 208 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ MA), o vice-presidente da Câmara Municipal de São Luís, o médico e vereador, Dr. Gutemberg, recebeu a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Velozzo, por indicação da desembargadora Dra. Nelma Sarney. A cerimônia aconteceu nesta sexta-feira (20) e homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade.

A desembargadora Nelma Sarney ofereceu a honraria ao médico, vereador e professor do Curso de Medicina da UFMA, Dr. Gutemberg, pelos serviços prestados à população maranhense. Dr. Gutemberg é vereador pelo quinto mandato. Na cena política, é conhecido como um defensor da Saúde e parlamentar que mantém constante diálogo com as comunidades. Ele costuma afirmar que preza por um mandato das Ruas para a Câmara.

Todas as suas leis, projetos e ações são solicitações da comunidade. São mecanismos que vão desde a qualidade do trabalho à criação de serviços, tais como: o programa de atendimento integral que protege a pessoa com Autismo. Em meio a várias conquistas obtidas para os profissionais da saúde, destaque para a Lei que estabelece a jornada de trabalho de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos e atendentes, além de condições dignas para o repouso da classe. Seu trabalho também alcançou visibilidade nas áreas do esporte, da educação e cultura. São muitas as lutas do vereador, que desempenha ações humanizadas para diferentes públicos.

Aos jovens ludovicenses, por exemplo, elaborou a Lei do Primeiro Emprego. E preocupado com os idosos, criou um projeto de Lei para transformar São Luís em uma Cidade Amiga dos Idosos e, assim, contribuir para o envelhecimento ativo e saudável. Dr. Gutemberg também é membro da Academia Maranhense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores. Já publicou vários trabalhos científicos, além de 4 livros, entre eles: Cirurgia da Obesidade; Metodologia Científica; e Desafios na Gestão da Saúde Pública no SUS.

“Esse reconhecimento mostra que estamos no caminho certo e renova meu desejo de seguir fazendo o melhor pela nossa cidade e nossa população. Agradeço à desembargadora Dra. Nelma Sarney, autora da indicação, e ao presidente do TJ, desembargador Lourival Serejo. Parabéns a todos que fazem o Tribunal de Justiça do Maranhão, que completa 208 anos defendendo os direitos dos maranhenses”, afirmou Dr. Gutemberg.

Vale lembrar que na Câmara Municipal de São Luís, no período mais crítico da pandemia, Dr. Gutemberg elaborou leis e destinou emendas em defesa da população mais vulnerável. Foram emendas para a manutenção de abrigos sociais, garantia de alimentação aos mais necessitados e outras. Além de leis que também ajudaram a preservar empregos. Para os profissionais da saúde que dedicaram suas vidas no trabalho, foram aprovadas Leis específicas como: o pagamento de 100% do adicional de insalubridade; e a Lei que concede pensão especial à dependentes de profissionais da saúde, servidores do quadro municipal, que morrerem em razão do combate à pandemia da Covid-19, e outras.

“Foram meses de muita angustia. Muitas vidas perdidas, inclusive amigos de profissão. Todos os profissionais que trabalham nos hospitais foram incansáveis nesse combate. Eu também senti na pele as consequências da Covid. Desde os sintomas difíceis, chegando à perda de dois familiares. Toda a minha solidariedade às famílias que assim como eu foram vítimas dessa doença. Continuem com as medidas de segurança, higiene pessoal e tomem as doses da vacina. A vitória contra a pandemia depende de cada um de nós”, finalizou Dr. Gutemberg.

Revogação da 'PEC da Bengala' abre vagas no TCE e TJ

POR PORTAL DO MUNIM · 24/11/2021

Presidente do TCE, Washington Luiz de Oliveira, que completa 72 anos no próximo dia 24 de dezembro, será um dos atingidos com aprovação da norma.

BRASÍLIA – A CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) da Câmara aprovou ontem por 35 votos a 24 uma proposta que revoga a chamada “PEC da Bengala”, promulgada em 2015. Este é o primeiro passo no Congresso do texto que prevê antecipar de 75 para 70 anos a idade de aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores e do TCU (Tribunal de Contas da União).

De autoria da presidente da comissão, a deputada governista Bia Kicis (PSL-DF), a proposta se aprovada em definitivo pelo Congresso, vai causar um efeito cascata, antecipando a saída de desembargados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e também no Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde em ambos possui componentes com idade entre 70 a 74 anos.

O texto segue agora para a Comissão Especial da PEC — a ser criada dentro da Câmara para analisar a proposta. Se for aprovada, será encaminhada para o plenário da Câmara e depois para o Senado.

Caso os senadores aprovem o texto, deputados e senadores, em conjunto, promulgarão a PEC. A Constituição é alterada então. Diferentemente dos projetos de lei, as PECs não dependem da sanção do presidente da República.

Quem será atingido?

O blog está realizando um levantamento junto ao Judiciário e à Corte de Contas para saber quem será atingido com a possível revogação da norma que vai provocar uma reviravolta nos bastidores do poder.

Casa das Marias em Balsas recebe visita do desembargador Cleones Carvalho Cunha

A Casa das Marias, importante espaço de acolhimento de mulheres vítimas de violência, situada no município de Balsas, recebeu esta semana a visita do desembargador Cleones Carvalho Cunha, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça do Maranhão. Durante a visita o desembargado foi recepcionado pela coordenadora e fundadora da Casa, Rosângela Galvão, que apresentou as instalações da casa e todo o trabalho que é desenvolvido no local com importante impacto no acolhimento de mulheres.

Durante sua estada no município o desembargador debateu com autoridades sobre a rede de proteção e combate à violência doméstica na cidade de Balsas. A Casa das Marias é uma forte aliada nesse trabalho de acolhimento dessas mulheres. A instituição foi contemplada com a destinação de recursos decorrentes de transação penal, após regular Concurso público com análise de projetos e da regularidade fiscal, tendo sido a única beneficiada dentre diversas entidades.

A Casa atua com ações preventivas e de combate à violência contra a mulher, além de ajudar as vítimas na busca de órgãos competentes. A maioria dos profissionais que atuam na Casa são voluntários e as ações são subsidiadas através de doações. No local são ofertados serviços médicos com clínico geral, psicólogo, enfermeira além de orientação jurídica e de assistente social.

Todos os projetos realizados são efetivados através de apoio de empresas, órgãos públicos, pessoas físicas e jurídicas, que desejam uma cidade melhor com menos violência e direitos iguais", destacou a Rosângela Galvão.

Tribunal de Justiça vai reunir entidades e associações para debater ações em favor de pessoas com deficiência

por Aquiles Emir -23 de novembro de 2021

Reunião com a Comissão e Núcleo Permanentes de Acessibilidade e Inclusão será nesta quinta-feira

A Comissão e Núcleo Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) convocam representantes de entidades e associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência para uma reunião a ser realizada no dia 25 de novembro (quinta-feira), às 17 horas, por videoconferência, a fim de discutir e propor soluções que viabilizem o acesso dessa população à Justiça de forma inclusiva.

Para participar, clique [AQUI](#), dia 25 de novembro, às 17 horas, e digite o ID da reunião: 897 3276 0182 e a senha de acesso: 405833

A iniciativa faz parte da programação da I Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, cujas ações serão realizadas até 26 de novembro, com seminário temático, mostra cultural, campanha de arrecadação de alimentos e itens de higiene, e reuniões com entidades representativas e servidores(as) do Judiciário portadores de deficiência.

Direitos - De acordo com o juiz Alexandre Mesquita, o objetivo é assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A Comissão de Acessibilidade foi regulamentada pela Portaria nº 119/2018 do TJMA e tem a função de fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar projetos arquitetônicos de acessibilidade para as unidades do Poder Judiciário no Estado do Maranhão. Tem como presidente o desembargador Josemar Lopes Santos, e é integrada pelo juízes Manoel Aureliano Ferreira Neto e Alexandre Antonio Jose de Mesquita, e os servidores(as) Carolina Buhaten, Renato Fontoura Nogueira da Cruz, Flávia Gomes Ximenes Aragão, Durval Ribeiro Alves Júnior e Ronivon Soares Silva.

Comarca de Imperatriz inicia repasse de resíduos para Cooperativa

23/11/2021 23:59:00

O Fórum da comarca de Imperatriz iniciou no mês de novembro o repasse de resíduos sólidos proveniente da coleta seletiva, realizando a primeira pesagem e entrega do material para a Cooperativa de Catadores. O primeiro repasse somou cerca de 130 quilos de papel e plástico para reciclagem, entregue ao representante da Cooperativa, Paulo César Pereira da Silva.

A comarca de Imperatriz recebeu a primeira edição do projeto "TJMA Sustentável Itinerante", realizada no início do mês de novembro pelo Núcleo Socioambiental do TJMA, com o objetivo de orientar magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário sobre as práticas de consumo, metas de redução e estimular práticas e ações ambientalmente corretas e combate ao desperdício.

A comarca realiza a coleta seletiva de resíduos desde 2018, e também conta com a parceria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para destinação de pilhas e baterias. Em 2022, a coleta seletiva será ampliada para as demais unidades da comarca de Imperatriz.

O projeto TJMA Sustentável Itinerante tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e faz parte do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário, integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que constituem a Agenda 2030 das Nações Unidas. O PLS, presidido pelo desembargador Jorge Rachid, consiste no planejamento estratégico da sustentabilidade do Judiciário estadual, definindo objetivos, responsabilidades, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados. Os indicadores mínimos são: energia elétrica, água e esgoto, papel, impressão, gestão de resíduos, telefonia, qualidade de vida, capacitação em sustentabilidade e o estímulo à equidade e a diversidade.

Durante o projeto TJMA Sustentável, as servidoras do Núcleo Socioambiental do TJMA Jaciara Silva e Hayla Castelo Branco orientaram os servidores e servidoras sobre a importância da gestão correta dos resíduos no âmbito institucional, tratando sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que propõe a prática de hábitos de consumo sustentável; incentiva o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e diminuição de rejeitos; fomenta a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis (agentes ambientais) - Coleta Seletiva Solidária; e inclui a Logística Reversa - coleta e reciclagem de produtos e seus resíduos após o consumo do cliente final.

Elas trataram sobre as diferentes formas de reutilizar ou reciclar materiais; tipos de coleta seletiva e formas de destinação correta de materiais, entre outras orientações.

O servidor Alberto Bruno Cunha Duarte, chefe da Divisão de Administração de Material do TJMA, falou sobre a gestão de materiais de consumo sustentável no âmbito do Judiciário, uma estratégia de gerenciamento em que a instituição avalia o impacto de suas ações do ponto de vista financeiro, social e ambiental.

A consultora do Grupo Falconi Priscila Freitas fez uma apresentação dos resultados gerais do TJMA frente a indicadores de sustentabilidade e uma análise local sobre a comarca de Imperatriz, com dados individuais dos

indicadores priorizados - consumo de energia elétrica e água/esgoto, oportunidades e lacunas identificadas e metas de melhoria definidas.

"É um projeto de grande impacto que tem o potencial de melhorar o mundo e cada um de nós, cidadãos e cidadãs temos o dever de nos comprometer com a questão, envolvendo não apenas o consumo consciente no Poder Judiciário mas de toda a população", observou a juíza Ana Beatriz Jorge, diretora do Fórum de Imperatriz.

Roda de conversa do "Desperta, Maria!" é realizada no Fórum de São Luís

24/11/2021 08:08:00

Como parte das atividades da 19ª Semana Nacional do Programa "Justiça pela Paz em Casa", foi realizada nessa terça-feira (23) a roda de conversa "Desperta, Maria!", no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), com as colaboradoras terceirizadas da empresa de serviços gerais do órgão. A atividade ocorreu no auditório Madalena Serejo e foi realizada pela equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA).

O programa "Desperta, Maria!" tem como objetivo incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento.

A dinâmica da roda de conversa contou com a apresentação de vídeos curtos e falas com foco nos tipos de violência, previstos na "Lei Maria da Penha" (Lei nº 11.340/2006). Entre as violências abordadas durante a atividade, a facilitadora, analista judiciária Amanda Rolim, destacou as violências física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

Para a funcionária terceirizada J. J., ascensorista, que já sofreu violência doméstica, "o momento foi muito importante, uma vez que muitas mulheres sofrem violência e ficam caladas, então, a informação é um passo para mulheres denunciarem. A violência pode acontecer com alguém próximo de você, com sua vizinha, sua prima, com qualquer mulher", acrescentou a funcionária, que foi casada durante 15 anos e do relacionamento teve duas filhas. Ela relatou que durante cinco anos de casamento sofreu vários tipos de violência doméstica, tendo denunciado seu ex-companheiro à Justiça.

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres instituída pelo CNJ. As semanas acontecem em três edições por ano: em março (marcando o Dia da Mulher); em agosto (aniversário de sanção da Lei Maria da Penha); e em novembro (quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher). Além do foco nos julgamentos de processos judiciais, outras atividades multidisciplinares de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher estão sendo realizadas, como ações dos programas "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano" e "Homem Consciente".

Audiências com instituições de acolhimento serão por videoconferência

O juiz José Américo Abreu Costa (1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís) determinou a realização das audiências concentradas das instituições de acolhimento de São Luís, para a verificação da situação das crianças e dos adolescentes, pelo sistema de videoconferência. O objetivo é manter o distanciamento social e proteção de todos os participantes, em especial, das crianças e adolescentes acolhidos, diante da pandemia de Covid-19.

O calendário da terceira audiência concentrada deste ano obedecerá às seguintes datas: 23/11 (Lar Pouso Obras Sociais / Casa Sonho de Criança III); 24/11 (Lar Calábria IV); 25/11 (Casa de Passagem); 26/11 (Lar de José / Abrigo Luz e Vida). Sempre no horário das 14h às 17h.

O juiz determinou, ainda, a conclusão e listagem dos casos para a verificação das situações das crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Os processos em forma física que estejam em carga para o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e advogados devem ser devolvidos no prazo de cinco dias.

CELERIDADE

Segundo a Portaria 3746/2021, de 19 de novembro, as entidades de acolhimento deverão adotar métodos para dar celeridade à análise dos casos na audiência. Os processos obedecerão à seguinte ordem de apreciação: casos de desligamento institucional; demais situações; manutenção de acolhimento; todas as instituições de acolhimento deverão realizar testes de conexão de internet e verificação de equipamento técnico, com antecedência mínima de 72 horas, para fins de confirmação da estabilidade da videoconferência.

Os dirigentes dos abrigos deverão colacionar, com antecedência, toda documentação necessária para fins de emissão de eventuais expedientes (termo de guarda, autorização de apadrinhamento afetivo, etc) tanto das crianças e adolescentes acolhidos, quanto das partes envolvidas no processo, em formato digital do tipo portable document format (pdf), não sendo superior a 5mb (cinco megabytes) de tamanho por arquivo, estando os referidos, responsáveis pela veracidade das informações apostas no meio informado.

Ainda segundo a portaria, na impossibilidade de utilização do sistema de videoconferência do TJMA o juiz poderá optar por meio virtual diverso que possibilite gravação dos depoimentos em mídia audiovisual.

Pesquisa pretende levantar onde e como ocorrem casos de assédio no Judiciário

Agência TJMA de Notícias
CNJ

O levantamento é uma das ações do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário - Foto: Divulgação

Trabalhadores e trabalhadoras da Justiça terão oportunidade de falar de maneira sigilosa sobre os casos de assédio moral, sexual ou preconceito que sofreram. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aplica, de 22 de novembro a 3 de dezembro, um questionário a todos do quadro de pessoal do Poder Judiciário com o objetivo de conhecer a realidade das unidades de Justiça em relação ao tema. A pesquisa nacional pretende ouvir magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) terceirizado(as) em relação a essas violações de direitos. O estudo assegura o sigilo dos(as) participantes e os resultados deverão ser apresentados já em dezembro.

O levantamento é uma das ações do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário para acompanhar a implantação da Política Nacional nos tribunais. “De posse dessas informações poderemos avançar em relação a esse problema e dar o pontapé inicial para implementar e acompanhar as ações de prevenção e de combate ao assédio”, afirmou a conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, coordenadora do Comitê.

O questionário será aplicado periodicamente, com a finalidade de levantar dados e relatos com o fim de acompanhar os índices de assédio e discriminação e as políticas adotadas pelos tribunais com o fim de prevenir e coibir essas práticas, de forma que de tempos em tempos possa ser feita uma análise comparativa entre o “antes” e o “depois”, identificar o que precisa melhorar, ser mantido e sugerir a adoção de políticas voltadas para a prevenção e combate ao assédio e discriminação.

“Um ambiente de trabalho harmônico e respeitoso, além da boa saúde do público interno do Poder Judiciário é de extrema importância para a qualidade dos serviços e essa pesquisa tem por finalidade colaborar com o ambiente de trabalho e saúde de todos que trabalham na justiça”, relatou a conselheira.

A conselheira adiantou que o formulário permitirá ao Comitê entender quais as situações mais frequentes, quem são as vítimas mais comuns desses abusos, e onde elas estão sendo cometidas. Assédio é toda conduta abusiva, seja por gestos, palavras e atitudes, que - repetidas de forma sistemática - atingem a dignidade, a integridade psíquica ou física de um trabalhador.

Entre os exemplos dessas atitudes estão as críticas constantes; a sobrecarga intencional de tarefas ou o oposto, quando o chefe faz o(a) trabalhador(a) se sentir inútil; o tratamento grosseiro. Entre as consequências possíveis dessas atitudes estão a desmotivação do(a) trabalhadora(a), a redução da autoestima, o desenvolvimento de um quadro de ansiedade ou depressão - o que pode ocasionar licenças médicas frequentes.

O link para preenchimento segue abaixo, devendo ser inserida a senha A898RQ7B:

<https://formularios.cnj.jus.br/pesquisa-nacional-sobre-assedio-e-discriminacao-no-ambito-dopoder-judiciario/>